

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Transformações contemporâneas e a intervenção do empresariado brasileiro na questão social.**

Kamila Cristina da Silva Teixeira.

Cita:

Kamila Cristina da Silva Teixeira (2009). *Transformações contemporâneas e a intervenção do empresariado brasileiro na questão social. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/985>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# **Transformações contemporâneas e a intervenção do empresariado brasileiro na questão social**

***Kamila Cristina da Silva Teixeira***

*Assistente Social,*

*aluna do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social,*

*Escola de Serviço Social – UFF*

*Bolsista Caps/CNPq.*

*kamilateixeira27@yahoo.com.br*

## **RESUMO**

A sociedade capitalista vem, ao longo dos anos, atravessando uma série de modificações. No final da década de 1960 essas transformações traduziram-se em mudanças significativas, devido, a mais uma crise econômica. A partir daquele momento, uma série de alternativas foi efetuada para recompor e reorganizar o sistema, dentre elas a política neoliberal que tem como proposta redefinir o papel do Estado e sua relação com o mercado e a sociedade civil. Nesse cenário, evidencia-se por um lado a diminuição do Estado com as políticas públicas e por outro a transferência dos serviços sociais para a iniciativa privada, privilegiando o mercado em detrimento da ação pública. Dessa forma, a proposta de garantia dos serviços sociais como direito e de responsabilidade do Estado contida na Constituição Federal de 1988 não consolida no país, que se mostra incapaz de enfrentar a “questão social”. É nesse contexto que ganha ênfase a idéia de um espaço “público não estatal”, nesse caso a intervenção na área social passa a ser realizada, prioritariamente, por meio de parcerias entre Estado e as instituições da sociedade civil – como organizações não-governamentais, organizações religiosas,

fundações, empresas privadas e estatais, etc. O empresariado brasileiro que, historicamente, priorizou a adoção de ações sociais voltadas para seus próprios funcionários, passa a abandonar suas práticas pontuais, propondo-se a atuar nas seqüelas da “questão social”, desenvolvendo projetos e executando ações visando o enfrentamento da desigualdade social e a promoção da cidadania. Através da revisão bibliográfica buscaremos analisar esse cenário de transformações, indicando como o empresariado brasileiro vem, através, das ações sociais empresariais intervindo nas seqüelas da “questão social”.

## INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que, a intervenção do empresariado brasileiro na área social não é recente no país, as ações sociais empresariais vêm se desenvolvendo desde o início do século XX, quando tem impulso o processo de industrialização e a formação do proletariado urbano.

O período da Primeira República, que abrigou o início do desenvolvimento industrial e a expansão urbana, foi cenário da emergência da questão social. Ou seja, das manifestações da classe operária por melhores condições de vida e trabalho, já que o Estado, naquele período, apresentava-se incapaz de propor e adotar políticas sociais eficazes, negando-se a reconhecer os problemas sociais que eclodiam.

Tais manifestações, junto a outros fatores, levaram o empresariado a mudar sua atuação junto à questão social. Sendo assim, os capitalistas definiram suas estratégias adotando ações assistenciais no âmbito fabril visando o controle dos conflitos, postura diferente daquela adotada pelo Estado que se utilizava da força policial para conter as reivindicações dos trabalhadores (Vianna, 1978).

Portanto, é naquele momento que o empresariado brasileiro passa a incorporar as atribuições de reprodução, ou seja, de proteção social dos trabalhadores. Essa proteção se concretizou em benefícios assistenciais vinculados à habitação, alimentação e educação no âmbito fabril. Exemplo clássico dessa intervenção na área social são as vilas operárias e dentre elas, podemos destacar, a vila Maria Zélia construída pelo industrial Jorge Street.

A vila operária Maria Zélia, que foi considerada inovadora na época, era constituída por casas, creches, jardins de infância, farmácia, armazéns, igrejas, salões de festa, etc. E, além desse tipo de proteção, Street concedeu outras formas de benemerência como: abonos, festas, prêmios e outros benefícios como forma de incentivo aos operários a desempenhar melhor seu trabalho (Teixeira, 1990).

Se por um lado essas ações tinham como objetivo proteger o trabalhador, por outro elas também visavam o controle e a disciplina, no momento em que o patronato acreditava que era

preciso gerar mudanças materiais e culturais na vida dos operários para que se tornassem mais produtivos e com o estilo de vida compatível com o ritmo do trabalho fabril.

Na década de 1940 os empresários ampliam suas ações junto ao social, criando duas grandes instituições: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI e o Serviço Social da Indústria – SESI. E tais instituições foram criadas como resposta do empresariado brasileiro ao aprofundamento da questão social que ocorreu no segundo pós-guerra.

Mas, segundo Iamamoto & Carvalho (1986), a criação dessas instituições, também, representa uma adaptação à nova fase de expansão capitalista, pois a atividade industrial estava se ampliando naquele período e era necessário formar uma mão-de-obra qualificada<sup>1</sup>.

Além das ações de profissionalização, as instituições se dispõem a criar políticas assistenciais visando melhores condições de habitação, alimentação e saúde ao operário. Anteriormente, essas medidas de proteção ao trabalhador estavam restritas as ações desenvolvidas nas vilas operárias, mas a partir da década de 1940, as ações sociais empresariais passam a extrapolar os locais de produção, intervindo assim nos problemas sociais que atingem a vida cotidiana do trabalhador e sua família.

Na década de 1990 o Estado brasileiro passa por uma série de transformações, influenciado pela política neoliberal e pelo processo de globalização, assim reorganiza suas ações e se coloca como incapaz de desenvolver políticas sociais públicas eficazes e que atendam a todos. É nesse contexto que ganha ênfase a idéia de um espaço “público não estatal”, nesse caso a intervenção na área social passa a ser realizada, prioritariamente, por meio de parcerias entre Estado e as instituições solidárias da sociedade civil – como organizações não-governamentais, empresas privadas e estatais, etc.

Dessa forma, o empresariado passa atuar nas seqüelas da questão social, desenvolvendo ações para seu enfrentamento, passando a idéia de que a mesma não se apresenta mais como objeto específico do Estado. Portanto, sob a rubrica da responsabilidade social empresarial, as ações sociais empresariais transcendem os “limites” das empresas para atenderem a comunidade e ao meio ambiente.

O presente trabalho, através da revisão bibliográfica, tem o objetivo de analisar esse cenário de transformações, indicando como o empresariado brasileiro vem, através das ações sociais empresariais, intervindo nas seqüelas da questão social.

---

<sup>1</sup> Com a criação das primeiras escolas profissionalizantes vinculadas ao Sistema “S” assistimos os primeiros sinais de parceria entre Estado e empresariado. Pois as escolas foram geridas pelo patronato a partir de arrecadações públicas (Pochmann, 2006).

## 1 – A CRISE DO SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL

Estudos na área comprovam que, na década de 1970 os sistemas de seguridade social nos países desenvolvidos como, França, Inglaterra, Estados Unidos, Alemanha, dentre outros, passaram por reformas que se consolidaram nos anos 1980. Essas reformas foram desencadeadas a partir do choque do petróleo e do desequilíbrio do sistema monetário internacional, quando as políticas sociais do pós-guerra sofreram transformações em suas concepções e foram confrontadas com o retorno do ideário liberal, colocando em xeque o Estado de Bem Estar ou *Welfare State* (Pereira, 1996).

Nos anos 1980 com a implantação da ideologia neoliberal em vários países da Europa e nos Estados Unidos, há a inauguração de medidas que reduzem os recursos e a cobertura das políticas sociais. Esses ajustes são realizados com a finalidade de desincumbir o Estado da sua responsabilidade perante as demandas e necessidades da população, tais como a saúde, educação, habitação, entre outras.

Mota (2000:120) coloca que, as principais metas dos programas internacionais de reformas são: a redução dos gastos públicos, o aumento da participação do setor privado lucrativo e não-lucrativo, redução das contribuições sociais das empresas, o desenvolvimento de políticas focadas na pobreza e o desenvolvimento de atividades voluntárias complementando os serviços públicos. Tais reajustes que ocorreram tanto nos países centrais quanto nos países periféricos, centrados no sistema de proteção social, vão redefinir o papel do Estado e sua relação com o mercado e a sociedade.

Já no Brasil, as medidas de proteção social só se consolidaram com o conceito de Seguridade Social promulgado pela Constituição Federal de 1988 e quando a proteção social devida pelo Estado desvincula-se do formato contratual/contributivo que caracteriza a previdência, para assumir um conceito mais amplo, abrangendo a saúde, como política universal e a assistência social destinada aos segurados pobres e aqueles não-segurados (Pereira, 1996:65).

Mas, os avanços alcançados pela concretização das políticas públicas como direito, vão ser “abalados” pela forte pressão neoliberal de privatização e focalização dessas políticas, que precisam acompanhar as mudanças econômicas e políticas mundiais, que privilegiam o desmonte dos direitos sociais em favor da liberdade privada. Dessa forma, as políticas sociais passam a ser focalizadas na pobreza extrema, perdendo sua função de “inclusão social” e excluindo aqueles pobres que dela precisam e ficam desamparados por não ter a credencial da “miséria” para dela fazer jus (Pereira, 1996:68).

A transição da década de 1980 para a década de 1990 é marcada pela adesão do país às decisões postas pelo *Consenso de Washington*<sup>2</sup>, que reorientam o papel do Estado em relação às políticas sociais, propondo significativos cortes orçamentários nessa área. Portanto, podemos colocar que, esse cenário será agravado com a política neoliberal implementada no país na década de 1990, a qual prevê a realização de reformas estruturais para a estabilização da economia, implicando em privatizações e na desregulamentação dos mercados sob o discurso de retomada do desenvolvimento. Com isto, a emergente proposta estatal de Seguridade não se consolida no país que se mostra incapaz de enfrentar a questão social (Yasbek, 1995).

É nesse contexto de cortes de gastos com as políticas sociais que ganha ênfase a idéia de um espaço “público não-estatal”, nesse caso a intervenção na área social passa a ser realizada, prioritariamente, por meio de parcerias entre o Estado e as instituições da sociedade civil como: empresas privadas e estatais, organizações não-governamentais, etc. Pois, a escassez de recursos e a “dificuldade” de investimento na área social que efetivamente enfrentem a miséria e a exclusão social, levam o Estado a buscar novos parceiros para o enfrentamento da questão social.

Yasbek coloca que *“face às difíceis circunstâncias em que chegamos a sociedade está em movimento”* (1995:17). Diante dos impactos sociais e frente à desestruturação das políticas públicas no país, as organizações privadas que compõem o denominado Terceiro Setor têm, muitas vezes, contribuído com o Estado na execução de ações que buscam a diminuição das desigualdades sociais.

Segundo Cesar (2006:193) *“tais contornos evocam a participação de todos, na busca do desenvolvimento sustentável e na administração da pobreza, frente à suposta diminuição da capacidade de intervenção do Estado”*. Sendo assim, observamos que se difunde a proposta segunda a qual a sociedade passa a não esperar que o Estado seja o único responsável em prover políticas que proporcionem a diminuição da desigualdade social e promova a cidadania.

Diante deste cenário, assistimos um movimento da sociedade civil que inclui setores do empresariado preocupados com a “ajuda mútua”, capazes de estabelecer novas formas de complementaridade na troca, indução e geração de bens e serviços em diversos campos do desenvolvimento social, cultural, patrimônio natural e histórico, meio ambiente, associativismo e mutualismo, solidariedade e eficácia de custos em relação a benefícios transferidos à comunidade (Rico, 1998:25).

O empresariado que, historicamente, priorizou a adoção de ações sociais voltadas para seus próprios funcionários, passa a abandonar suas práticas pontuais, propondo-se a atuar nas seqüelas da

---

<sup>2</sup> Reunião realizada em novembro de 1989 entre presidentes eleitos da América Latina e representantes do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

questão social, desenvolvendo projetos que promovam a igualdade de oportunidades e a “inclusão social”.

## **2 – A INTERVENÇÃO DO EMPRESARIADO BRASILEIRO NA QUESTÃO SOCIAL**

Com o movimento da responsabilidade social os empresários brasileiros destinaram um novo olhar para questão social e passaram a desenvolver um conjunto de ações e atividades voltadas para atender ao público interno, as necessidades de seus empregados e dependentes; e ao público externo, as demandas da comunidade, em termos de assistência social, saúde, educação alimentação, preservação do meio ambiente e desenvolvimento comunitário (Cesar, 2006).

Atualmente, o interesse pelas empresas em investir na área social vem aumentando. As instituições empresariais estão assumindo uma “gestão socialmente responsável” nos negócios, enfatizando a perspectiva de que a responsabilidade social é uma forma de conduzir as ações a partir de uma conduta ética e social que as empresas vêm assumindo interna e externamente. Segundo Rico (2004) esse comportamento socialmente responsável é um poderoso agente de mudança, pois assumindo a parceria com o Estado e a sociedade as empresas contribuem para a construção de um mundo mais justo e economicamente mais próspero.

Mas, ao investir na sociedade os empresários não estão fazendo doação nem prestando favores. Esse novo perfil das ações sociais empresariais busca algum tipo de retorno, colaborar com o desenvolvimento social do país, demonstrando que a iniciativa privada deve ser consciente, ter responsabilidade social em relação aos problemas que atingem a sociedade como um todo (Rico, 1998:28). A empresa cidadã, além de se preocupar com sua responsabilidade econômica, trabalha para que a sociedade tenha boas condições de vida.

Os empresários ao investir na área social, também buscam a valorização da imagem institucional, pois se envolver diretamente com projetos sociais causa impacto na opinião pública proporcionando maior valorização do negócio da empresa e o fortalecimento da marca. Nesse sentido, a empresa socialmente responsável consegue grande vantagem competitiva em relação às demais.

Observa-se que, cada vez mais, as organizações empresariais vêm investindo em projetos sociais, pois entendem que a empresa cidadã amplia sua atuação para além de seus muros e assume compromissos mais efetivos na solução dos problemas sociais. Assim, as empresas assumem uma co-responsabilidade social e ambiental, inserindo em suas agendas sociais questões que vão desde problemas ecológicos a direitos das minorias étnicas e raciais, desemprego, exploração de mão-de-obra infantil, jovens, entre outras.

O Censo GIFE<sup>3</sup> 2007-2008 lançado em 2008, nos permite identificar dados sobre a intervenção do empresariado na área social, pois as informações coletadas acabam por refletir não só a realidade das empresas associadas, mas as tendências que irão guiar o campo do investimento social nos próximos anos.

Segundo o Censo os associados investem em torno de R\$ 1,15 bilhão em diferentes áreas sociais, principalmente educação, formação para o trabalho, cultura e geração de trabalho e renda. Apenas na área da educação são beneficiadas mais de 50 mil entidades e cerca de 4 milhões de pessoas e 83% dos associados investem nessa área. O investimento na área da educação vem ganhando tais proporções, pois os empresários acreditam que as limitações educacionais são entraves para superação da pobreza, das desigualdades e da exclusão social (Gife, 2008).

A questão da formação para o trabalho aparece em segundo lugar no investimento, com 59% de associados atuantes. Segundo Rico as empresas ao investir em tecnologia de ponta preocupa-se com a qualidade e aprimoramento da mão-de-obra, seja de seus próprios funcionários, seja com a população da comunidade, de onde muitas vezes, são recrutados trabalhadores para fazer parte do quadro de empregados. O investimento em qualificação contribui para o aperfeiçoamento das pessoas que vivem na comunidade, onde a empresa pode obter mão-de-obra qualificada de acordo com seus objetivos (1998:37).

O interesse no investimento em ações para formação para o trabalho, também pode ser explicado pelo aumento de políticas públicas que incentivam a inserção do jovem no mercado de trabalho, como é o caso da Lei do Aprendiz (nº. 10.097/2000).

Outras áreas que ganham destaque no investimento dos associados são: a cultura com 55% e geração de renda com 53%. As ações de geração de renda são desenvolvidas em parceria com outras organizações do terceiro setor.

Na pesquisa identificou-se que a população jovem foi o segmento priorizado pelo investimento empresarial. Ao total, cerca de 96% das ações são voltadas para o público de 15 a 24 anos. O foco nos jovens pode ser explicado pelo fato da questão da juventude, hoje, ganhar destaque na pauta do debate nacional. Na década de 1990, a questão da criança e do adolescente se tornou destaque, devido à publicização das pressões de organizações internacionais pela garantia dos direitos desse segmento (Góis *et al*, 2004). Atualmente, a preocupação com os jovens vem crescendo, pois nos índices de violência, educação, trabalho e criminalidade, eles estão sempre à frente como os mais atingidos.

---

<sup>3</sup> O GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas é a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. O GIFE surgiu informalmente em São Paulo em 1989 e em 1995, com a elaboração do seu código de ética, foi instituído formalmente por 25 fundadores. Em 2008 contava com 112 associados. O Censo GIFE é o mapeamento que o Grupo faz sobre o investimento social privado de seus associados.



Mas, os associados também investem em ações para outros segmentos, 39% deles participam de ações para adolescentes (7 a 14anos); 28% para crianças (0 a 6 anos); 24% para adultos (30 a 59 anos) e 19% para idosos (acima de 60anos). No total, 51% de membros da rede investem em ações para todas essas faixas.

Com os dados apresentados podemos identificar a expressiva participação dos empresários no trato da questão social no país. Se enfrentar a desigualdade depende de decisões em nível de políticas públicas, cuja implementação é responsabilidade do Estado, diante da conjuntura dos anos 1990 torna-se imprescindível a participação de novos atores que em parceria com o poder público passam a contribuir para o enfrentamento das diferentes formas de exclusão social.

Portanto, conclui-se que tanto no passado quanto no presente os empresários no Brasil vêm investindo na área social, mas com as transformações ocorridas na década de 1990 essas ações se ampliam e passam a ultrapassar os “muros” das empresas para atender as demandas expostas pela sociedade.

## Bibliografia

- CESAR, M.J. A Intervenção Social das Empresas no Brasil. In: FREIRE, L.; FREIRE S.; CASTRO A. (org.) *Serviço Social, Política Social e Trabalho – desafios e perspectivas para o século XXI*. Rio de Janeiro: Cortez, 2006:183-201.
- GIFE. Censo GIFE 2007-2008. São Paulo, 2008. Disponível: [www.gife.org.br](http://www.gife.org.br)
- GOES, J. B. H. *et al* . Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, n. 78, 2004.
- IAMAMOTO, M. & CARVALHO, R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico – metodológica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1986.
- MOTA, A. E. *Cultura da Crise e Seguridade Social: Um Estudo sobre as Tendências da Previdência e da Assistência Social Brasileira nos Anos 80 e 90*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- PEREIRA, P. A. P. A política social no contexto da seguridade social e do *Welfare State*: a particularidade da assistência social. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.58. São Paulo: Cortez, 1998:60-76.
- POCHMANN, Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. & YAZBEK, M. C. (org.) *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. Cortez: São Paulo; FAPEMA: São Luiz, 2006:23-40.
- RICO, E. M. O empresariado, a filantropia e a questão social. In: *Serviço Social e Sociedade*. n.58. São Paulo: Cortez, 1998:24-40.
- \_\_\_\_\_. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. In: *São Paulo em Perspectiva*. n. 4, v. 18. São Paulo, 2004:73-82.
- TEIXEIRA, P. P. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1990.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz na Terra, 1978.
- YASBEK, M. C. A Política Social Brasileira nos Anos 90: refilantropização da questão social. In: *Cadernos Abong* n.3. São Paulo: Abong, 1995:7-18.